

Diário da Assembléia

Nº 3.091

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quíelso Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Merlene Coulo de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Heroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quíelso Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel — Quíelso Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 138.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 23 de Agosto de 1974 - (Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Jorge Sato, secretariada pelos Srs. Deputados Maurício Fruct e Quielise Crisóstomo.

As 9.30 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carezzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Lesso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli e Wilson Fortes (29); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Arthur de Souza — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 134-74, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 173-72 de autoria do Dep. Cândido M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga a localidade de Ouro Fino à de Freguesia, no Município de Almirante Tamandaré. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — Rejeitado o Projeto. Mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura

Ata da 139.ª Sessão Ordinária

Realizada em 23 de Agosto de 1974 - (Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Jorge Sato, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Erondy Silvério.

As 10.00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Aguiinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carezzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Lesso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Rosário Pitelli — Quielise Crisóstomo e Wilson Fortes (29); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Arthur de Souza — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Do Senhor SILMAR D. SPANHOLI, Inspetor do 5.º Distrito Sanitário de Guarapuava, juntamente com mais dezesseis colegas da Carreira de Inspetores de Saneamento da Secretaria de Saúde Pública do Estado, solicitando dos Senhores Parlamentares desta Casa que, sendo a referida carreira, relativamente nova criada em fins do ano de 1970 com promessa verbal do então Governador do Estado, de que no prazo de dois anos de Carreira haveria a possibilidade de aumento dos níveis, de 16 para o 21, equiparando-a à de Agentes da Secretaria da Fazenda. Pede ainda, que auxiliem na obtenção daquele benefício que, será de grande valia a toda a classe. — Ao conhecimento da Casa.

Câmara Municipal de Cambira, comunicando a esta Casa que aquela Câmara outorgou Título de Cidadão Honorário do Município, ao insigne Deputado Estadual JOSÉ LÁZARO DUMONT, através de Projeto de Lei proposto pelo Vereador Presidente daquela Comuna. — Ao conhecimento da Casa e do Senhor Deputado interessado.

Sob o n.º 04735, do Senhor JOAO BRASIL VITA, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, encaminhando a esta Assembléia, separatas do Regulamento dos concursos "SESQUICENTENÁRIO DO PODER LEGISLATIVO" e "CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO", instituídos pelo Decreto Legislativo n.º 13, de 28 de junho de 1974, e abertos a todos os brasileiros. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 029-74, do Senhor LUIZ ANTONIO VELOSO DE SOUZA, gerente Regional do Banco Nacional de Habitação, comunicando que, por convocação do Presidente do mesmo Banco — Doutor MAURICIO SCHULMAN, assumiu a gerência da 2.ª Delegação do BNH, para os Estados do Paraná e Santa Catarina. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont, solicitando Regime de Urgência para o Projeto n.º 74-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no

Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer a consignação na Ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital, do prestante e estimado cidadão Agenor Ferreira dos Santos, funcionário aposentado do Tribunal de Contas do Estado e figura de projeção nos círculos sociais de nosso Estado.

O extinto era consorciado com a Sra. Maria da Glória Santos, deixando numerosa prole, responsável pelo entrelaçamento de várias e conceituadas famílias.

Enaltecendo o próprio viver com dignificantes exemplos, a notícia de seu passamento repercutiu dolorosamente.

Aprovado o requerido, solicita o autor seja a decisão da Casa comunicada à família enlutada, acompanhada de cópia deste Requerimento, à Rua Carnpos Salles n.º 707, apt.º 1, Juvevê.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1974.

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

É o presente para requerer seja consignado um voto de aprovação e elogio ao programa "Frente à Frente" que sob uma forma de entretenimento leva a milhares de Paranaenses e Catarinenses valiosa informação Cultural.

Com este programa a TV Iguaçu e TV Coligadas Canal 3 de Blumenau cumprem a missão maior dos veículos de comunicação, que é de dar informação de dados culturais, necessários a formação de um povo.

"Frente à Frente" cimenta e consolida o laço de amizade do Paraná e Santa Catarina, o que por si só justificaria o voto ora requerido.

Solicito ainda que se aprovado seja dado conhecimento a ambas emissoras, do que decidiu esta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1974.

(a) — Luiz Roberto Soares

Requerimento

Senhor Presidente.

A Assembléia Legislativa do Estado, vem à presença de Vossa Excelência, hipotecar seu apoio ao movimento encetado pelos engenheiros da Rede Viação Paraná - Santa Catarina, objetivando a criação de uma Nova Regional, com sede em Curitiba para atendimento com uma distribuição mais dinâmica, ao escoamento dos produtos agrícolas e extrativos na malha ferroviária do Paraná e Santa Catarina.

Esperando contar com a decisiva adesão de Vossa Excelência a esta reivindicação por ser de justiça, aproveitamos a oportunidade para apresentar nossos protestos de consideração e respeito.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1974.

(a) — Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, seja encaminhado por essa Casa, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Edmundo Mercer Junior, um expediente solicitando o desmembramento do Município de Miraselva da Comarca de Foz de Iguaçu para a Comarca de Jaguapitã.

JUSTIFICATIVA

Levando-se em consideração o fato de que os Municípios de Lupionópolis e Centenário do Sul, que antes pertenciam à Comarca de Jaguapitã, terem sido anexados à Comarca de Foz de Iguaçu.

Atendendo, também, a inúmeras reivindicações do povo do seu Município, consideram muito mais lógico que este pertença à Comarca de Jaguapitã.

Sala das Sessões em 23 de agosto de 1974.

(a) — Lázaro Dumont

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 127-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o CONSELHO DE REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DO PARANÁ (CRPP), sediado em Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1974.

(a) — Jorge Sato

JUSTIFICAÇÃO:

A entidade que se pretende reconhecer, por lei, como de utilidade pública, reflete essa característica no próprio texto estatutário, quando se define sociedade civil, sem fins lucrativos (art. 1.º), declara a gratuidade das funções diretas (art. 4.º — "d") e objetiva a promoção dos professores paranaenses (art. 1.º).

Esses traços fundamentais da associação em tela, garantem-lhe tranqüilo repouso na legislação regente da espécie de tal sorte que, aos nobres integrantes deste Poder, a matéria se apresenta livre de qualquer controvérsia.

E por ser assim, é de se crer na unânime aceitação e conseqüente aprovação da presente proposição, que tem por fim reconhecer a pública utilidade de um grupo social organizado, da maior importância para a comunidade paranaense.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença neste Plenário do Sr. Antonio Sabóia, Prefeito Municipal de Arizona, assim como as presenças do Sr. José de Oliveira e Souza, Presidente da Câmara Municipal daquele Município e do Sr. Levi Vieira, Prefeito Municipal de Jaguapitã.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um nosso colega de Legislativo Estadual disse certa vez, que, aliás reconhecemos que ele tem inteira razão, de vez em quando, quando assomarmos à Tribuna, via de regra, os assuntos a serem tratados são pertinentes ao Litoral.

É que o Litoral só tem um representante, que sou eu; não há outro Deputado que tivesse sido eleito pelo Litoral, acenadamente, Paranaçu. E se nós mostramos preocupação em torno daquela cidade e dos Municípios litorâneos, é porque entendemos que o Governo tem feito uma série de planejamentos, uma série de medidas que até agora nada valem.

Hoje, mais um pronunciamento iremos fazer para que, posteriormente, abordenos uma notícia inserida no "Diário do Paraná" de hoje e que foi ontem focalizada no Canal VI, que só faltou dizer o nome do Deputado Nelson Buffara, em matéria que reputamos inverídica.

Estamos endereçando à Mesa um Requerimento para que seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, para que sejam encaminhadas cópias do

pronunciamento que ora faço ao Sr. Governador do Estado e a outras autoridades.

Sr. Presidente, o "Jornal do Brasil", de 13 do corrente, em reportagem analisa em linhas gerais os primeiros pronunciamentos verificados no Seminário sobre o Legislativo e o Desenvolvimento Econômico, realizado no Rio de Janeiro, com a presença de renomados cientistas políticos nacionais e estrangeiros. notícia esta em princípio sem maior importância, encerra em seu sentido mais amplo, as intenções de abertura política já manifestadas pelo Governo Federal, ou seja, o restabelecimento das liberdades individuais na sua plenitude, bem como, do Poder Legislativo a participação dos jovens estudantes na vida política e a maior participação dos Sindicatos.

Essa abertura, que vem se chamando de decompressão política do atual sistema, poderá ser efetuada de maneira gradualista de acordo com o "Comportamento" da classe política.

Em função destes fatos, acreditamos ser o momento oportuno para iniciarmos a valorização do Poder Legislativo, ainda na fase da campanha eleitoral que estamos vivendo, porquanto há mais de 10 anos nossas vozes, nossas reivindicações não são ouvidas no domínio do Poder Executivo, e o povo só tem conhecimento dela quando publicada pela imprensa.

Para um dos participantes do Seminário, Prof. Klaus Voz Beyne da Universidade de Heidelberg, na Alemanha ressaltou muito bem a função do Poder Legislativo ou seja de que: "Os Parlamentares contribuem para o desenvolvimento de uma maneira indireta, promovendo o fortalecimento do Governo, a criação da burocracia hierárquica, o fortalecimento da discussão racional e a integração da sociedade pela representação nacional e pelas funções de comunicação do Parlamento".

Essa colocação caracteriza muito bem as funções do Poder Legislativo quando afirma que possuímos uma maior sensibilidade e melhor poder de compreensão quanto ao epanamento e reivindicações populares. Isto porque, uma de nossas principais funções como representantes do povo é trazer as suas solidificações, os seus problemas para uma discussão ampla e livre dentro do Parlamento, o qual resultam em sugestões e orientações ao Poder Executivo, que as deve ouvir e acatar, sempre que possível.

Todavia, isso não tem ocorrido com o Parlamento Brasileiro.

Assim é que temos alertado, enviado sugestões, enfim tudo o que podemos fazer dentro de nossa função como Deputado no tocante a maior atenção que deve ser dispensada à região do Litoral do Estado, e da qual somos o único representante nesta Casa.

Foram inúmeras as sugestões por nós apresentadas nesta Assembleia e encaminhadas ao Governo do Estado, expondo o atual estágio de subdesenvolvimento no nosso Litoral.

O que temos percebido, na realidade, é que algumas poucas medidas de caráter isolado tem sido tomadas. Porém não existe uma preocupação maior, da forma mais abrangente para com a problemática que envolve esta Região do Estado. Medidas de caráter isolado não tem e não terão repercussões maiores com vistas as modificações da atual estrutura econômica e social da Região.

O que é preciso, isto sim, é o Governo criar oportunidade para a Região mediante uma presença mais intensa de seus órgãos públicos num esforço conjugado dos Governos Federal e Estadual. A Região do Litoral Paranaense deve ser vista como uma Região de grandes potencialidades nos setores florestais e agropecuário, além de seu terminal marítimo de grande porte, que necessita apenas uma maior atenção por parte do Governo, e não deve ser encarada como Região problema.

Da maneira como vem sendo conduzida a ação do Poder Executivo a Região deverá permanecer longo tempo em estágio de subdesenvolvimento. É necessária, de imediato, uma ação mais vigorosa e intensa do Estado, a fim de trazermos a esperança de viver fazendo a gente do Litoral se integrar no processo de crescimento do Estado do Paraná.

Este nosso apelo, até certo ponto dramático, somado àqueles outros tantos que já efetuamos, na esperança que sensibilize o Poder Executivo para que volte suas atenções ao Litoral, não apenas buscando soluções, porque estas já foram esboçadas em várias oportunidades, mas sim de uma maneira mais abastante com o objetivo de minorar os desequilíbrios regionais que temos em outras Regiões do Estado.

Da mesma forma que confiamos na ação do Governo do Estado, esperamos que se inicie o quanto antes a decompressão política do País para que as autênticas reivindicações populares possam ser ouvidas e melhor encaminhadas.

Feito esse nosso pronunciamento, voltamos a analisar o assunto inicial que, rapidamente, focalizamos desta Tribuna, porque fomos surpreendidos com uma notícia do Canal 6, horário nobre, de ontem, e hoje através de uma manchete, na página 1. a do 2. o caderno, do "Diário do Paraná", sobre aquele mesmo assunto que nos referimos há três semanas atrás e que diz respeito ao drama que vivem os ensacadores de Paranaguá.

Evidentemente, gente tendenciosa, inconformada com o prestígio que gozamos naquela cidade em virtude de serviços que temos prestado àquela Região, neste último quadriênio, inconformados pelo assustador crescimento que tivemos em Paranaguá e todos os senhores podem verificar a situação invejável que desfrutamos naquela cidade em função dos serviços prestados. Meia dúzia de elementos que querem criar confusão e tentar reduzir nosso potencial político em Paranaguá, deram informações capciosas, mentirosas a repórter do "Diário do Paraná" em Paranaguá. Em face dessas notícias o Canal 6 e o "Diário do Paraná", não citam o nome mas dizem "o Deputado Líder da Região, o Deputado Representante da Região", etc., quer dizer, todos sabem que é o Deputado Nelson Buffara.

Há pouco, conversando com o Galloti, explicamos a situação toda e hoje à tarde pedimos a acareação da repórter que trouxe essas informações com as pessoas que deram as informações a ela. Disse o jornal que teríamos dado dinheiro a órgãos da Imprensa para que publicassem notícias que dizem respeito ao Litoral e que foram trazidas a esta Tribuna por mim. Jamais demos um centavo a quem quer que seja, e invocamos o testemunho dos jornalistas que fazem a cobertura dos trabalhos da Casa. Jamais demos um centavo sequer. Jamais tivemos necessidade, para que notícias trazidas a este Plenário fossem divulgadas pelos jornais, de dar dinheiro a jornalistas. Jamais fizemos isso e jamais eles nos pediram notícias.

Também não é verdade que somente agora vimos à Tribuna defender o Sindicato dos Ensacadores de Paranaguá, para que eles tenham melhores dias. Temos recortes de jornais, e hoje à tarde vamos mostrar ao Diretor do jornal, hoje às 10 horas, recortes de jornais de 2 ou 3 anos atrás, que mostram nossa atuação sempre em defesa do Sindicato de Paranaguá.

Vamos prestar esses esclarecimentos para que verifiquem que essas notícias levadas ao conhecimento da Repórter não são verdadeiras. Naturalmente, deram as notícias a Repórter, ela as trouxe para Curitiba, entregou ao Diretor do jornal e eles publicaram. Mas, hoje à tarde, vamos provar que tudo isso é

mentira. Estamos tão à vontade, que pedimos até acareação entre nós, a Repórter e as pessoas que deram a notícia em Paranaguá.

O único objetivo dessa notícia foi reduzir nossa situação e nosso potencial político em Paranaguá.

Agradecemos a atenção dos Srs. Deputados, e vamos encaminhar à Mesa Requerimento para que os Srs. Deputados votem como quiserem. -- (Sem revisão do orador).

(É encaminhado à Mesa o seguinte Requerimento):

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário,

Requer sejam encaminhadas cópias do pronunciamento feito hoje da Tribuna da Assembleia aos Excelentíssimos Senhores: Governador Emilio Hoffmann Gomes e Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário do Planejamento.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1974.

(a) Nelson Buffara

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Liderança tem a obrigação de, desta Tribuna, justificar uma medida governamental que conforme nos parece, não foi entendida pela parcela de opinião pública como válida, em consequência da proibição governamental constante de uma das últimas leis consideradas restritivas, quanto à faculdade que os Governos Estaduais e Municipais têm, de nomear, contratar, designar ou readaptar, ou ainda processar, de qualquer forma provimento de Funcionários ou Servidores de administração direta ou indireta do Estado.

O Artigo 13 daquela Lei não admite qualquer nomeação no período compreendido entre os 90 dias anteriores à data da eleição parlamentar, e o término, respectivamente, do mandato do Governador do Estado, e situam-se tão somente, nesta Lei, os cargos considerados necessários à instalação e inadiáveis, de Servidores Públicos e Servíveis, desde que tenham a prévia autorização do Governador do Estado, ou da Prefeitura Municipal; também se exclui desta proibição os cargos em comissão e da Magistratura e do Ministério Público, desde que tenham a aprovação prévia do respectivo órgão Legislativo, dos Tribunais de Contas e, também, os aprovados em concurso público homologado até a data da publicação.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo do Estado estava com centenas de processos que visavam, muito embora já estivesse equacionado o problema, de centenas de funcionários contratados, recebidos, do Governo do Estado, de diferentes setores da administração; estes processos tiveram andamento normal, e no último dia peraltado ao Governo do Estado de nomear, foram portanto assinados e publicados pela Imprensa Oficial.

Devo salientar que disponho dos elementos que induzem a Liderança a afirmar que das nomeações feitas, segundo uma imprensa, "ao apagar das luzes do prazo que antecede os 90 dias da eleição parlamentar" 80% referem-se a uma categoria de humildes Servidores do nosso Estado, aquelas zeladoras da Secretaria da Educação e Cultura, que não tinham ainda a figura de Funcionários Públicos Estaduais contratados com regime de jornada de trabalho até elevada, com vencimentos parcos e sem nenhum direito ou vantagem que lhes assegure assistência médica, aposentadoria, férias. Estavam portanto, a merecer do Poder Público o direito preconizado por uma Lei votada nesta Assembleia Legislativa, que criou o Quadro Suplementar do pessoal do Executivo do Estado. O processamento destas contratações ou nomeações do Quadro Suplementar foi normal, atendendo os dispositivos daquela Lei. O Senhor Governador do Estado proibiu terminantemente qualquer nomeação que fugisse à nomeação daqueles Servidores que tinham já a condição de contratados ou recebidos, e a liderança pretende, esclarecendo os Srs. Deputados, que se verificada a existência de nomes estranhos àqueles que já percebiam por uma dotação por uma consignação orçamentária à conta de despesas de terceiros contratados, o Sr. Governador do Estado haverá de rever estas nomeações e naturalmente, considerar que as mesmas foram feitas ao arbítrio de S. Exa. que havia recomendado que tão somente as contratadas servidoras antigas fossem beneficiadas por esta Lei.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Então S. Exa. o Sr. Governador Emilio Gomes vai anular diversas nomeações feitas na faixa de Educação. E o Sr. Secretário de Educação mentiu a esta Casa, quando disse não haver contratado nenhuma professora. Eu vou trazer os nomes destas professoras contratadas, inclusive, o estabelecimento onde prestam serviços, e vou trazer uma relação de 367 Funcionários nomeados pelo Sr. Secretário de Educação no dia 13 deste mês; sem a devida autorização do Governador do Estado. O Sr. Secretário de Educação abusou da confiança do Sr. Governador. só este fato é passível de demissão do Sr. Secretário de Educação. Porque não é possível que um auxiliar de confiança do Governador, abuse desta mesma confiança que lhe foi depositada para fazer nomeações esdrúxulas, fazendo daquilo lá um Comitê Eleitoral da candidatura do Sr. Norton Macedo, do Sr. Ivan Rüppel através do Sr. Ermelino Leão e do Sr. Luiz Alberto, irmão do próprio Secretário, e do Sr. Quilise Crisóstomo da Silva, através de um seu parente e que está hoje exercendo uma função gratificada no Gabinete do Secretário de Educação. São aquelas coisas que revoltam não só os Srs. Deputados do MDB mas da própria ARENA que vêm este protecionismo a determinadas candidaturas com o dinheiro do povo. Isso é que se chama a verdadeira corrupção eleitoral, auxiliar determinadas candidaturas com o dinheiro do povo. O Sr. Ermelino Leão aboletou-se na Secretaria de Educação para conseguir favores do Governo em benefício da candidatura do Sr. Norton Macedo e do Sr. Ivan Rüppel.

Era o aparte que eu pretendia dar a V. Exa., esclarecendo que vou voltar ao assunto, trazendo nomes de todas as pessoas que foram irregularmente nomeadas na Secretaria de Educação.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Erondy Silvério, no papel da Liderança é traduzido fielmente o pensamento e as determinações do Chefe do Poder Executivo Estadual. Tenho no exercício desta função que tem sido facilitada pelo comportamento digno do Sr. Governador Dr. Emilio Gomes, porquanto S. Exa. tem sido correto nas suas atitudes. E eu não posso duvidar das afirmações de V. Exa. porque conheço V. Exa.

Desejava, portanto, Deputado Erondy Silvério, significar, que a notícia da Imprensa estampada no matutino de hoje, quer incutir na opinião pública o fato de que uma velha praxe dos Governos antes da Revolução, da era pré-revolucionária, costumava acontecer. O Governador do Estado, quando alertado por nós, Deputados da ARENA sobre o perigo que constituiria para o seu Governo, a manutenção do bom nome do Governador Emilio Gomes para a própria tranquilidade da sua Bancada com assento nesta Casa de Leis, porque nomeações sem a prévia exigência dos concursos públicos, nomeações sem que se dê igualdade de oportunidades a todos os brasileiros que preencham aquelas

exigências de lei para que se habilitem aos cargos a serem preenchidos, poderiam não só ferir a Oposição, mas também criar no seio de nossa Bancada uma situação de desprestígio de uns para com os demais.

Quer o Governador do Estado que os brasileiros residentes neste Estado tenham os mesmos direitos de participação, razão pela qual reiteradamente fez com que os Srs. Secretários das diferentes Pastas tomassem conhecimento de que o prazo fatal apenas obrigasse a que se urgenciassem as providências no sentido de se assinarem Resoluções destinadas tão somente a regular a situação de Funcionários, principalmente Professores e Zeladoras, através de transferências, ratificações e concessão de tempo para efeito de aposentadoria sendo que na maioria dos casos nomeações nos cargos suplementares do pessoal contratado.

No último Diário Oficial de 16, publicadas as Resoluções de nomeações, verificamos que nomeações por Decreto foram feitas para 16 Professores de nível 22 e mais 16 Professores concursados e a lei é clara. Admite nomeações desde que os concursos tenham sido realizados antes da data da vigência desta lei.

Admissões pela Secretaria de Estado dos Negócios do Governo foram feitas, sendo uma para o quadro PS 1; admissões pelo DESP, duas pelo Regime CLT; no IPE, 42 nomeações também na categoria de pessoal suplementar, objetivando regularizar a situação do pessoal contratado; na Secretaria de Interior e Justiça, apenas uma nomeação na categoria de pessoal suplementar; Secretaria da Fazenda, onze na categoria de pessoal suplementar; Saúde Pública, duas nomeações na mesma categoria; Secretaria do Trabalho, cinco também na categoria suplementar; Secretaria de Educação quinhentas e trinta e uma na categoria de pessoal suplementar e mais quatrocentos e setenta e cinco suplementaristas; uma só no IBPT. Num total de 1.087, tivemos mais de mil na Secretaria de Educação.

Quer a liderança do Governo entender que estas mil nomeações no quadro suplementar, feitas pela Secretaria de Educação e Cultura se restrinjam todas elas à necessidade de regularizar a situação de pessoal contratado dentro do que dispõe a lei que criou o quadro suplementar.

Se informações nos forem trazidas e que comprovem realmente que o Sr. Secretário de Educação e Cultura, segundo afirma o Deputado Erondy Silvério, desrespeitou a determinação governamental, o Sr. Governador Emílio Gomes, adotará por certo medidas de ordem administrativa que haverá de corrigir esta inobservância das normas e dos critérios instituídos por S. Exa. Porque não deseja o Sr. Governador que haja ruptura desta disciplina, porque do contrário, o Sr. Erondy Silvério e os demais Deputados Arenistas e também Emedebistas desta Casa terão razão de se revoltarem contra atos discriminatórios eleitorais e que visassem o fortalecimento de candidaturas com prejuízo evidente para os demais candidatos da Arena e do MDB. E o Governador do Estado, quando exarou normas e critérios, ele procedeu de maneira a que não se ferisse melindres e nem direitos de ninguém. E nós portanto, estamos aqui tão somente para conferir a validade do comportamento dos auxiliares diretos do Governo do Estado, para que então S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que aconselhou, tenha a oportunidade de verificar quais os homens que da sua equipe lhe faltaram com a confiança.

Era o que cabia à Liderança do Governo no instante em que vê que as notícias divulgadas pela Imprensa não fossem objeto de dúvidas, quanto ao comportamento pessoal do Sr. Governador do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 29 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 40-73, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, que autoriza o Poder Executivo instituir a "Festa do Soja", no Município de Palotina, cuja efeméride dar-se-á no terceiro domingo do mês de maio dos anos ímpares a partir de 1973 e denomina a sede do referido município de "Canal do Soja". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.A.I.C. com SUBSTITUTIVO. — Aprovado, com Substitutivo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 33-74, de autoria do Dep. Fuad Nadi, que declara de Utilidade Pública o Centro Acadêmico Carlota Meneghel da Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, da cidade de Bandeirantes. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81-74 de autoria do Dep. Paulo Foll, que outorga o Título de "Cidadão Honorário do Paraná" ao Sr. Luiz Meneghel. Parecer favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, com Substitutivo.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90-74, de autoria do Dep. Olavo Ferreira que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Claretiana de Educação e Assistência de Londrina" com sede na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42-74, de autoria do Dep. David Federmann que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Escola "Santa Marcelina", da cidade de Pirai do Sul. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46-74, de autoria do Dep. Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Reabilitação da cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 39-74 que abre crédito especial de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), destinado a despesas referentes a "Contribuições de Previdência Social" do Pessoal Temporário do Departamento de Divulgação do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM

39-74

Senhor Presidente.

Curitiba, 28 de junho de 1974.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas referentes a "contribuições de previdência social", do pessoal temporário do Departamento de Divulgação do Estado.

Como recurso para cobertura do crédito especial cuja autorização para abertura é solicitada a essa Augusta Casa de Leis, é prevista, conforme exige a Lei Federal n.º 4.320, de 24 de março de 1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro), autorização para o cancelamento de igual importância no vigente Orçamento Geral do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial, no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros) destinado a atender despesas com o Pessoal Temporário, regido pela C.L.T., do Órgão: Governo do Estado, conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO: GOVERNO DO ESTADO

UNIDADE: DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO DO ESTADO

PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADE: SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

DOTAÇÃO: 2007.0101.2004

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social Cr\$ 40.000,00

Art. 2.º. Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica autorizado o Poder Executivo a cancelar igual importância constante do Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.494, de 3 de dezembro de 1973.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

PROJETO DE LEI N.º 114-74

De autoria do Governo do Estado, o Projeto de Lei em exame objetiva autorizar a abertura de um crédito especial de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), destinado ao atendimento das despesas referentes a "contribuições de previdência social", do pessoal temporário do Departamento de Divulgação do Estado.

A matéria tem amparo constitucional e legal.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974.

(As. ilegível) — Presidente

(As. ilegível) — Relator

(As. ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 114-74

1 — O presente plano de lei, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 39-74, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei objetivando autorizar o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros), destinado ao atendimento das despesas referentes a "contribuições de previdência social", do pessoal temporário do Departamento de Divulgação do Estado.

2 — Referida matéria já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Quanto ao aspecto financeiro, objeto de estudo nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1974.

Ovidio Franzoni — Presidente

João Calil Fadel — Relator

(As. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agenor Ferreira dos Santos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 74-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando o desmembramento do Município de Maravalha, da Comarca de Porecatu para a Comarca de Jaguapitã. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do Expediente, solicitando voto de aprovação e elogios ao "Programa Frente à Frente". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Ministro dos Transportes, Governador do Estado e Presidente da R.F.F.S.A., hipotecando o apoio desta Casa Legislativa ao movimento encetado pelos engenheiros da Rede Viação Paraná - Santa Catarina, objetivando a criação de uma Nova Regional. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, encaminhado da Tribuna solicitando sejam encaminhadas cópias do pronunciamento feito hoje da Tribuna da Assembleia, aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Planejamento. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 42-74 e 46-74.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114-74.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43-74.

Levanta-se a Sessão.